

ESPAÇO ABERTO

Genéricos: 25 anos de política pública

José Serra

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

O excessivo peso dos medicamentos no orçamento das famílias brasileiras sempre foi registrado pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e diagnosticado por qualquer pessoa atenta ao tema. A comemoração, no último dia 20 de maio, do Dia do Medicamento Genérico me garante que nossa determinação em enfrentar a questão com políticas estruturantes mudou o rumo das coisas.

Em breves pinceladas, o quadro da assistência farmacêutica e do acesso aos medicamentos era caótico em meados dos anos 1990. As empresas do setor abusavam do uso de seu poder de mercado na marcação de preços dos medicamentos que produziam, logicamente com baixa concorrência, dada a especialização dos produtos por patologias. Os inúmeros casos de falsificação e roubo de carga contribuíam para piorar o ambiente onde a assistência farmacêutica enfrentava dias críticos.

Muitos apontavam para a necessidade de buscar copiar os modelos da Europa e dos

Estados Unidos, onde o acesso a medicamentos era muito melhor pela existência de produtos genéricos. A realidade desses países, no entanto, era completamente distinta da brasileira: os sistemas públicos de saúde eram responsáveis por dar acesso gratuito aos medicamentos, o que produzia um imenso poder estatal na busca de custos inferiores frente ao poderio das grandes empresas do setor. Dessa maneira, a política de genéricos, nesses países, era decorrência do acesso gratuito a medicamentos.

Enfrentar a questão no Brasil era completamente diferente, especialmente porque o Sistema Único de Saúde (SUS) conseguia proporcionar gratuitamente apenas uma reduzida parcela dos medicamentos necessários para o cuidado à saúde da população.

De forma bastante simplificada para o leitor, o medicamento genérico é aquele que possui o mesmo princípio ativo do medicamento de referência, cuja patente já teve sua validade expirada. No entanto, ter o princípio ativo não garante que o remédio tenha efeitos esperados iguais

O brasileiro pagou menos R\$ 280 bilhões em medicamentos desde que a política de genéricos virou realidade

ao do fármaco de marca. É necessário que médicos e pacientes acreditem que o medicamento genérico tem o princípio ativo e produz resultados semelhantes.

Não tenho dúvidas de que o mercado jamais teria condições de construir a credibilidade de no genérico por aqui. Por isso, à época, foi necessária a

construção de uma política pública em várias dimensões. A primeira foi ancorar a garantia da eficiência do genérico na validação técnica do seu registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão regulador que acabara de ser constituído justamente para respaldar e fortalecer a Saúde e essa política pública específica no País. A credibilidade dos testes de bioequivalência e biodisponibilidade fundou a percepção positiva dos profissionais mais qualificados e espalhou-se por toda a classe médica, responsável pela indicação do medicamento, que firmou o compromisso de aceitar pelo princípio ativo e não apenas pela marca.

Tão ou mais relevante foram a firmeza da intervenção no mercado inscrita na política dos genéricos e a ampla divulgação da questão. A população, em geral, passou a identificar que tinha o direito de exigir a receita pela indicação do princípio ativo e que passava a ter poder de barganha sobre os preços, com a opção do genérico. Mas a certeza de não perder em qualidade, garantia da Anvisa, era o pilar da nova condição do paciente.

Talvez tenha sido no campo empresarial onde o genérico conduziu a maior revolução, dada a obstinação da política governamental, que comprovou às empresas que o Brasil não voltaria atrás. Foram mudanças robustas e profundas. Muitas das grandes empresas investiram pesadamente em linhas de genéricos. Outras empresas licenciaram para terceiros a produção de me-

dicamentos que já eram ultrapassados e que apenas sobreviviam pela ausência de alternativas confiáveis. Essas corporações, inclusive, passaram a modernizar seu rol de produtos ofertados, introduzindo no mercado brasileiro os produtos que suas matrizes já vendiam em mercados de países desenvolvidos.

Hoje, um quarto de século depois, os medicamentos genéricos cobrem 90% das doenças existentes, sendo oferecidos em 15 dos 20 princípios ativos mais prescritos no País. Os cem laboratórios que produzem os genéricos são responsáveis por cerca de 40% do volume total de vendas de medicamentos, o que representa 15% do mercado em valor. Logicamente, essa discrepância é derivada do fato de que os preços dos genéricos são inferiores aos dos medicamentos de referência entre 35% e 60%.

Há muitas formas de medir o sucesso de uma política pública, mas aqui há uma observação que se impõe. O brasileiro pagou menos R\$ 280 bilhões em medicamentos desde que a política de genéricos virou realidade.

Vale sempre lembrar que uma política pública precisa estar fundada no conhecimento técnico e na disposição governamental de se enfrentar os desafios. Apenas dessa maneira é possível criar o horizonte para que os agentes sociais e econômicos se articulem em torno de um novo ambiente. ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Justiça

Panorama do Brasil atual

Cumprimento o Estadão pela primeira página de ontem (22/5), um panorama do Brasil atual. Sérgio Moro vence, por enquanto, de 7 a zero; José Dirceu tem pena por corrupção passiva extinta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), claro, e já almeja sua volta a Brasília, de onde nunca saiu; e o povo gaúcho sofre no meio de tanta sujeira. Enfim, o Brasil é uma gangorra, uma disputa para ficarem por cima, todos em guerra, enquanto o povo não sai do lugar.

Marcelo Teixeira
São Paulo

Validade da justiça

Sob a absolvição de Sérgio Moro, ex-juiz da Operação Lava Jato, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade, não me surpreenderá se daqui a algum tempo a sentença for anulada sob a alegação de que houve "conluio processual" entre os juí-

zes do TSE e os advogados do senador Moro. Triste Brasil.

Roberto Croitor
São Paulo

Estarrecidos

Domesmo modo que no traz alívio a decisão unânime do TSE inocentando Sérgio Moro, espanta-nos a atitude de um único ministro do STF, a excelência e ex-advogado do PT ministro Dias Toffoli, anulando todos os atos da Lava Jato contra Marcelo Odebrecht, a despeito da confissão de culpa (Estadão, 22/5, A8). Não bastasse essa sandice, assistimos também à morte das sentenças comprovadas contra José Dirceu por corrupção passiva. Nós, brasileiros pagadores de tantos impostos, estamos estarrecidos. Sem imaginar uma solução, só nos resta pensar que estamos vivendo um assustador pesadelo ou abandonar o princípio fundamental da Constituição de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Leila Elston
São Paulo

Uma canetada

Que STF é este que, na canetada de um só ministro, livra e perdoa o executivo Marcelo Odebrecht, réu confesso e então comandante da empresa na qual foi descoberto pelos investigadores um departamento destinado apenas a cuidar do suborno pago a políticos e do caixa 2 para campanhas eleitorais? Verdadeira ou não, a famosa e discutida frase "o Brasil não é um país sério" rotineiramente nos vem à mente, por mais patriotas que sejamos.

Pedro Sergio Ronco
Ribeirão Bonito

Superpoderes

O Brasil é um país admirável: aqui não existe nem nunca existiu corrupção. E até uns incautos que confessaram algum desvio de conduta agora estão desconfessando. Afinal, partindo do princípio de que não há corrupção no País, como poderiam eles ter participado de algum ilícito? Ilógico. O Brasil de que estou falando não é o meu nem o seu, caro leitor, mas o Brasil do

excelentíssimo ministro Dias Toffoli. Assim como o país onde ele vive, ele também é admirável: democrático, carismático e, acima de tudo, monocrático. Um ser supremo, que está acima de tudo e de todos. Nunca houve, nem nos almanaques de quaderninhos, um super-homem com tamanhos poderes.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

Utopia

É perfeito o título do artigo O STF não é o problema, tampouco a solução (Estadão, 22/5, A4), do advogado Nicolau da Rocha Cavalcanti. Mas, com o nível do saber notório e da ilibada reputação dos ministros que hoje compõem a Corte, é utopia acreditar. A politicagem é descarada, o corporativismo predomina e a Constituição é aplicada segundo o poder econômico e a cara do freguês – vide a anulação do processo de Odebrecht pelo "amigo do amigo do meu pai".

Silvano Antônio Castro
São Paulo

Segurança na Amazônia

Plano no papel

O governo Lula não foi capaz de tirar do papel seu plano de segurança para a Amazônia, chamado pelo Planalto de *Amazônia: Segurança e Soberania* (Amas), como mostrou o Estadão de 21/5 (A12). Só se for "soberania" para as 22 facções criminosas que atuam na área. Das 34 novas bases de segurança prometidas em junho de 2023, com orçamento vultoso de R\$ 2 bilhões, nenhuma foi construída até hoje. Mas os grupos criminosos seguem avançando: agora acontecem até roubos de combustíveis em embarcações que trafegam pelo Rio Amazonas. De acordo com o Instituto Combustível Legal, a atuação desses *piratas* causa prejuízo anual de cerca de R\$ 100 milhões às empresas que transportam cargas pelo Rio Amazonas. Ora, quando é que o Brasil será governado com competência?

Paulo Panossian
São Carlos